

A Exposição do Eu e a Legitimidade do Falante: Uma Análise do Votenaweb e Comentários de Notícias¹

Stephanie REIS²

Ricardo Fabrino MENDONÇA³

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG

Resumo

Esse artigo tem como objetivo olhar para comentários em portais de notícias e em projetos de lei hospedados no votenaweb com a temática dos direitos sexuais e observar como se dá a (des)construção da legitimidade do falante a partir da exposição do eu no mundo virtual. Os posts foram analisados a partir de três grandes eixos de criação (ou contestação) de legitimidade: (1) pela sexualidade, (2) por ser *fake*, (3) pela religiosidade.

Palavras-chave: exposição do eu, legitimidade, comentários de notícia, votenaweb, direitos sexuais.

Quando pensamos nos espaços que os portais de notícia disponibilizam para que seus leitores opinem, aumentando assim a possibilidade de diálogo em relação à imprensa convencional, a primeira coisa que nos vem à cabeça, muitas das vezes, é: “terra de ninguém”. A percepção é que esse espaço é o local onde as opiniões mais extremas, rudes e incivis são compartilhadas; onde não há respeito ou até compaixão com o próximo.

Ainda assim não podemos ignorar o fato de que todos os dias muitas notícias chegam a receber milhares de comentários, que esses espaços possuem um potencial para promover o diálogo entre pessoas que provavelmente não se encontrariam sob outras circunstâncias. É necessário olhar para esses locais e pensar no seu papel para a democracia.

Como não é possível esgotar todas as questões acerca do papel democrático que os comentários de notícias possuem, iremos focar em uma questão que nos parece relevante: como o falante constrói sua legitimidade de fala? O propósito é pensar essa questão a partir dos conceitos de *exposição do “eu”* apresentada por Cardon (2012), a *auto-comunicação em massa* apresentada por Castells (2009) e a lógica da ação conectiva (Bennett, Segerberg, 2012). E não focar somente nos comentários de notícia, mas olhar também para outra plataforma, o *votenaweb* - uma plataforma que, ao contrário dos portais de notícia, foi

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Rádio, TV e Internet, da Intercom Júnior – X Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 10º semestre do Curso de Ciências Sociais da FAFICH-UFMG, email: slgreis92@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Ciências Sociais da FAFICH-UFMG, email: ricardofabrino@hotmail.com

desenhada para incentivar a participação política. Iremos, então, olhar para os 1.352 comentários espalhados por nove projetos de lei hospedados no *votenaweb* e duas notícias publicadas em portais diferentes (G1 e Terra), todos tratando da temática dos direitos sexuais, debates acerca do casamento entre pessoas do mesmo sexo, adoção de crianças por esses casais, a criminalização da homofobia e heterofobia são alguns dos debates analisados.

A exposição do eu

A comunicação, como definida por Castells em seu livro *Communication Power* (2009), é o compartilhamento de significados através da troca de informação. A comunicação interpessoal é diferente da comunicação *societal*, que se caracteriza como a comunicação em massa. Nesse livro, Castells defende que, com a disseminação da internet, uma nova forma de comunicação interativa surgiu. Ela é caracterizada pela possibilidade de enviar mensagens de muitos para muitos, a qualquer momento, podendo ser limitada ou ampla, dependendo do objetivo e das características da prática comunicativa empregada.

Castells chama essa nova forma de *auto comunicação em massa* (*mass self-communication*). É auto comunicação, porque a produção seria auto gerada, no sentido de que ao incorporar as novas formas de comunicação, as pessoas estariam construindo seu próprio sistema de comunicação via mensagens, blogs, vlogs, podcasts, wikis, jogos digitais, realidade virtual etc. Ela surgiu junto às web 2.0 e 3.0⁴, quando ocorreu a multiplicação dos espaços sociais na internet, e possui o potencial de alcançar uma audiência global, sem deixar de lado tecnologias antigas como rádios piratas. Sendo assim a auto comunicação em massa é auto gerada em seu conteúdo, auto direcionada em sua emissão e auto selecionada pela recepção daqueles que comunicam com muitos, sendo mais voltada para as possibilidades de se expor.

Outro autor que discute a exposição do indivíduo no cenário da apropriação das tecnologias de comunicação contemporâneas é Dominique Cardon. Em *A Democracia Internet – Promessas e Limites* (2012), ele nos aponta que uma das grandes mudanças geradas pelo advento da internet é o princípio da publicação aberta (*Open publishing*): qualquer pessoa pode publicar uma informação, foto ou vídeo sem moderação *a priori* ou *a posteriori*, o que leva a dinâmica do “publicar primeiro, filtrar depois”, enfraquecendo o papel das mídias convencionais como *gatekeepers*.

⁴ Web 2.0 é entendida como calcada na participação dos usuários, já a web 3.0 é vista como baseada na cooperação deles (Barassi, Treré, 2012). Castells (2009) compreende ambas como o conjunto de tecnologias e dispositivos que amparam a proliferação de espaços sociais na internet.

A internet seria o local da conversação, onde os indivíduos “tagarelam sem se preocupar muito em saber quem pode ouvi-los ou vê-los fora de seu grupo digital próximo.” (Cardon, 2012, p.47) Cardon, assim como Castells, vê na aproximação e na sobreposição entre o espaço de produção de informação e o de recepção um dos pontos mais interessantes da internet, com ganhos, dilemas e desafios. Nessa dinâmica, a conversação cotidiana se tornou visível no espaço público tradicional. Assim, o principal desdobramento observado foi a conexão entre a exposição do “eu” com a conversa entre próximos, algo que ocorria em locais separados até então. Ao mesmo tempo, há uma manifestação da intimidade e do imaginário dos usuários, muitas vezes sustentada pelo anonimato. “Sutil e discreto, o espaço digital abraçou rapidamente o desejo dos indivíduos de expor sua singularidade a um público de desconhecidos, esquivando-se dos olhares dos seus próximos.” (Cardon, 2012, p.55)

É importante frisar que, quando essa exposição do eu é voltada para pessoas conhecidas, a forma de se apresentar pode modificar sensivelmente, o que mostra que está cada vez mais complicado brincar com as características identitárias no mundo online. Dentro dessa dinâmica, principalmente em redes sociais, os participantes estão moldando suas imagens e sua reputação continuamente, procurando validar-se junto a seus pares. É aqui que se inserem as práticas de exposição de si. Há uma democratização da autoconstrução narrativa em práticas cotidianas por meio da rearticulação da exposição do “eu” e da conversa cotidiana (Cardon, 2012, p.58). A rede social acaba transformando a internet em espaço familiar.

Dessa maneira a identidade digital não pode ser considerada nem falsa ou verdadeira: é um reflexo da fabricação do eu que só se concretiza no reconhecimento do outro - “as pessoas e reconstróem incessantemente sua imagem perante aos outros” (Cardon, 2012, p.62). É mais um processo do que um estado. Não é um procedimento isolado, sem reflexão, calcado no narcisismo. Essa dinâmica é alimentada pelas novas tecnologias que permitem a continuidade da (re) criação de si (Cardon, 2012, p, 59-60).

Por conseguinte é necessário pensar que, se antes era necessário um “abandono de si”, um sacrifício da vida privada ao se engajar publicamente em uma causa, um debate, é possível perceber que o engajamento público “assume a forma de espaços que se condensam em função das circulações dos centros de interesse e das maneiras de ser dos internautas tal como se exprimem em sua vida digital mais ordinária.” (Cardon, 2012, p.73).

Ainda sobre o engajamento político, Bennett e Segerberg (2012), ao analisar a lógica da *ação conectiva* – que envolve diversos tipos de ações mais personalizadas diferindo de ações centradas em organizações – mostram-nos que ela é perpassada por um processo de individuação onde as várias expressões do “eu” formam o coletivo. Aqui, o ponto de partida é “um compartilhamento auto motivado (mas não necessariamente auto centrado) de ideias internalizadas ou personalizadas, planos, imagens e recursos com uma rede de outros.” (Bennet, Segerberg, 2012, p. 753, tradução nossa).⁵ A participação em uma ação pública, de acordo com Bennett e Segerberg, se transforma então uma ação de expressão do eu, em que o reconhecimento ou auto validação são influenciados por esse compartilhamento. A diferença em relação à ação coletiva está no deslocamento de uma ação baseada em uma identidade de grupo, em uma ideologia para uma ação mais personalizada. “No lugar de quadros de ação coletiva, quadros de ação pessoal tornam-se as unidades de transmissão através de redes sociais de confiança.” (Bennet, Segerberg, 2012, p.755, tradução nossa)⁶

(Des)Construindo a credibilidade do falante

A exposição do eu passa então a ter uma importância quando pensamos sobre a construção e desconstrução da legitimidade do falante pois a discussão parte do pressuposto de que em um debate público, o questionamento não passa, frequentemente, pelo que foi dito, mas sim pelas características do falante, pela forma como ele se apresenta ou pelo modo como ele é caracterizado. Há, pois, um foco na identidade dos participantes no debate. Com Martino e Marques (2012, p. 54), entendemos identidades, aqui, como

dentre outras coisas, construções discursivas arbitrária e historicamente definidas. As identidades e alteridades, os conceitos de “nós” e “eles”, estão inscritos em discursos que os definem, estipulando sua história e sua genealogia que garanta sua validade em um processo de legitimação

Pensamos a identidade, assim, como algo praticado e construído relacionalmente: “a identidade se constitui a partir de uma multiplicidade de interações e isto não ocorre dentro de um espaço cujos contornos poderiam ser delimitados” (Mouffè, 1999, p. 272). A possibilidade de realizar um discurso sobre si está diretamente ligada à autonomia política do indivíduo, pois não basta querer “ser alguém”, é necessário conquistar esse direito

⁵ “... the self-motivated (though not necessarily self-centered) sharing of already internalized or personalized ideas, plans, images, and resources with networks of others.”

⁶ “In place of collective action frames, personal action frames become the transmission units across trusted social networks.”

(Martino; Marques, 2012). Ou seja, “trata-se da prerrogativa de formular seu próprio discurso sobre si mesmo e garantir a validade desse discurso no espaço público” (Martino; Marques, 2012, p. 56).

Nessa lógica, definir a construção do outro ganha uma grande relevância. Mouffè (1999) nos fala que, se em um primeiro momento, o outro é concebido através da diferença, o passo subsequente pode ser percebê-lo “como aquele que nega minha identidade e questiona minha existência” (Mouffè, 1999, p. 269), o que transforma a relação existente em uma relação política.

Entretanto, é preciso lembrar que o outro pode não aceitar a forma como se é narrado. Ao questionar aqueles que o enquadram em certas categorias, é possível mostrar que essa representação não é evidente (Martino; Marques, 2012); que a identidade é, muitas vezes, um campo em disputa. Principalmente, porque a construção do outro pode ser uma forma de excluí-lo do debate (Young, 2000). Sugerir que o outro não compartilha com certos valores de uma sociedade, que é mal – intencionado ou até mesmo imoral, pode ajudar a retirá-lo da discussão.

O advento da internet traz novas questões para a dinâmica identitária. Como já discutido anteriormente, Cardon (2012) ao analisar a exposição do “eu” no mundo online nos mostra que através das práticas de exposição de si, sobretudo nas redes sociais, os indivíduos estão delineando sua imagem constantemente. Assim a identidade digital é um resultado da construção do eu que só é possível no reconhecimento do outro, em um processo de validação junto aos pares.

Importante frisar, aqui, que a complexa dinâmica da formação da identidade está profundamente vinculada à credibilidade do falante nas postagens. Por isso, metodologicamente, o primeiro passo da análise se deu em uma leitura de todos os posts coletados no votenaweb e nos portais de notícias, a partir de três grandes eixos de criação (ou contestação) de legitimidade: (1) pela sexualidade, (2) por ser *fake*,⁷ (3) pela religiosidade.

A construção pela sexualidade se baseia em argumentos voltados para o *ser* ou *não ser* homossexual ou heterossexual, sendo a sexualidade entendida como pressuposto para a fala. Já o *fake* está ligado às acusações de não ser um perfil verdadeiro, de se esconder por trás de um anonimato para expressar a opinião. Por último, está a formação da legitimidade

⁷*Fake* (falso em inglês) é um termo comum no mundo online que se refere as contas ou perfis utilizados para ocultar a identidade do usuário. Visto como contas falsas, podem ser usados os nomes de pessoas famosas, históricas, ficcionais, dentre outros.

pela religiosidade, que abarca o *ser* religioso ou o *ser ateu*. Esses eixos nortearam nossa análise, embora tenhamos total clareza de que eles não dão conta de todo o universo, nem são mutuamente excludentes.

Para apresentar a análise, dividimos os comentários em dois grandes grupos: (1) a construção do eu a partir desses três grandes eixos; e (2) a construção do outro, também se calcando nessas categorias. Estamos cientes de que essa separação pode ter como consequência a perda da rica dinâmica comunicativa, já que na maioria das vezes o *eu sou/não sou* e o *you é/não é* caminham juntos. No entanto, ela nos oferece um caminho metodológico para organizar e analisar a empiria.

A construção do eu

Pela sexualidade

Não é nenhuma surpresa quando observamos que, em um debate acerca dos temas aqui enfocados, a construção ou desconstrução da legitimidade do falante, muitas vezes, passa pela questão da sexualidade, já que o impacto de qualquer decisão irá afetar diretamente a vida dos cidadãos. Há nos *posts* dois modos como essa questão aparece: a sexualidade pode ser declarada pelo falante, ou imputada por outrem. Nesse primeiro momento, vamos nos dedicar à primeira possibilidade.

A primeira dinâmica observada é a afirmação da homossexualidade, como o ponto de partida do argumento. O homossexual se afirma como tal, de modo a fortalecer-se como um sujeito de direitos e um cidadão comum. No debate acerca do projeto de lei 7018/2010, que proibirá a adoção de crianças por casais do mesmo sexo, pode-se perceber essa construção, quando um dos comentaristas defende que prefere que seu filho vá para um orfanato do que seja adotado por uma família não-tradicional e o outro usuário o responde, afirmando sua posição como sujeito de direitos.

Pondo em palavras mais claras, eu e meu parceiro nos consideramos bem capazes intelectual, financeira e emocionalmente para cuidar de uma criança. Nós não tomamos essa decisão, mas gostaríamos de continuar tendo o direito de sermos devidamente avaliados com outras famílias caso nos disponibilizemos a receber uma criança que tenha perdido os pais ou que seja indesejada. Considere a hipótese de que existem pessoas diferentes de você que também são boas e que também querem o bem dos outros. Um forte abraço, Daniel Vale. Post 114, votenaweb

Se apresentar como um cidadão comum que só está em busca da igualdade é uma forma forte de construir uma legitimidade acerca do assunto ao se apresentar como uma pessoa diretamente afetada pelo debate. Essa ideia do homossexual como cidadão com

direitos aparece do mesmo modo nos comentários do portal *G1*, argumento que conversa com a ideia de um direito democrático da sexualidade defendida por Rios (2006).

OBRIGADO!!! MUITO OBRIGADO!!! ESTOU TÃO FELIZ, TÃO FELIZ POR ESSA DECISÃO!!! E ISSO É MINHA VIDA!!!! AGORA PODEREI SER UM CIDADÃO DE VERDADE, COM PLENOS DIREITOS!!! OBRIGADO CNJ!! VOCÊS FIZERAM DESSE PAÍS UM ESTADO MAIS DEMOCRATICO E FARÁ A VIDA DE MILHARES DE PESSOAS MELHOR!” Post 100, G1

Todavia, há, também, o movimento contrário: o indivíduo que se apresenta como homossexual, mas vê certos direitos como privilégios. Na discussão acerca do PL 122 que criminaliza a homofobia, pode-se perceber isso, o que remete à discussão acerca do que seriam direito de todos.

Sou gay e não aceito a ideia de que o simples fato de um hétero não gostar de mim deva ser punido. Isso não é democracia. Democracia é eu exercer meu direito de fazer o que bem quiser, respeitando o próximo, e ser respeitado como um cidadão. O que deve sim ser punido é a incitação ao ódio, a violência. Post 17, votenaweb

É interessante notar aqui como a identificação com o ser homossexual também pode legitimar aqueles argumentos contrários a certos direitos. O usuário acima também se apresenta como um cidadão comum, mas não vê na sua orientação sexual como uma condição que carece de proteção por parte do Estado. O argumento ganha mais força pois o usuário se apresenta como um beneficiado que recusa um privilégio.. Há, também, os indivíduos que, ao se auto identificar, buscam construir uma coletividade. A relação política do *nós* X *eles* ganha os contornos que, no limite, são os explicitados por Mouffe (1999), em que a identidade é negada e a existência questiona. Pode-se observar isso tanto entre aqueles que se identificam como homossexuais quanto os que se identificam como heterossexuais.

Aqui no Brasil nós precisamos nos unir ainda mais! A hora é agora, precisamos aproveitar que a mídia nos apóia é politicamente correto defender a nossa causa! Chega da imposição hetero-homofóbica! Nós gays somos o futuro da civilização, temos que acabar com a família tradicional, isso é coisa de gente retrógrada! Eu faço o quero, tudo posso e tudo me convém, e quem não gostar é sim homofóbico!” Post 227, Terra

quanta nojeira, verdade o sistema globo deve estar em orgasmo emocional , a verdade é também estou com medo de dizer que sou hétero , pra viadadas e lesbíacas tudo para os héteros nada. será que não vão me prender por ser hétero” Post 141, G1

A legitimidade aqui é reivindicada por meio de uma identificação com a coletividade apresentada, com a espera de que aquele que está tomando parte no debate se identifique com o *nós* em contra ponto ao *eles*. Outra construção interessante a ser notada é

a do heterossexual como cidadão que perde direitos nesse cenário, tornando-se minoria, que aparece muitas vezes. É interessante notar que, em alguns casos, essa concepção vem acompanhada com uma expressão do medo em se autodeclarar heterossexual. Por exemplo, na discussão do PL 1672 que criará o dia do orgulho heterossexual isso se mostra evidente.

Não acho que isto seja alguma forma de preconceito ou "manifesto" contra a opção sexual, pode sim ser um "manifesto" a opção sexual de nós heteros que nos vemos agora como minoria, já que os grandes meios de comunicação em massa se enfocam nos homos, não vejo o porque não ter o direito de formalizar um dia do qual assim como todas as outras opções sexuais (principalmente os homossexuais) tem orgulho de se apresentar tal como. Post 7, votenaweb

ATUALMENTE , FAÇO PARTE DA MINORIA ABANDONADA E DESPROTEGIDA , PORQ SOU , CATOLICO , HETERO , DI MAIOR , HONESTO E BRANCO Post 279, G1

Se, nos primeiros exemplos, nós observamos que o indivíduo construía sua legitimidade se apresentando como um cidadão homossexual em busca de direitos, vemos o movimento contrário no segundo caso, quando o cidadão que se apresenta como heterossexual vê-se perdendo direitos. É possível pensar essa apresentação através do argumento da autoridade pela competência apresentada por Breton (2003). Nesse caso, uma competência moral, em que a condição de heterossexual é a condição moralmente aceita pela sociedade e acompanhada com outras características como ser homem, branco e cristão há uma reivindicação de uma certa moralidade. O avanço dos direitos sexuais é visto por alguns como um ataque à essa moralidade.

Por último, percebemos a constituição do heterossexual como o sujeito que, mesmo não sendo homossexual, defende os direitos sexuais demandados. O movimento de se colocar no lugar do outro é fundamental nessa dinâmica. Essa construção se mostrou presente nas três plataformas analisadas. Para não exaurir o leitor, apresentamos somente um exemplo.

Esse cara está doido. O que ele está propondo é até INCONSTITUCIONAL. Eu acho que antes de sair fazendo propostas "malucas" eles tinham que dar uma lida na Constituição e na interpretação do STF. O que eles querem é segregar os Homossexuais. E olha que não sou nem homossexual, só acho um absurdo este tipo de proposta que tolhe direitos e penaliza as pessoas que seguem uma orientação sexual diferente da maioria. Post 19, votenaweb

Interessante notar que a construção “sou heterossexual, mas sou a favor de direitos iguais para todos” pode ter sua reivindicação de legitimidade ancorada tanto na ideia do que é mais justo para todos como na ideia de ser parte de um grupo privilegiado. Como a

condição de heterossexual não é estigmatizada, sua fala é mais facilmente aceita na sociedade como um todo.

Percebe-se, então, que, dentro da reivindicação de legitimidade pela sexualidade, há várias construções, desde o homossexual como um sujeito de direitos até o heterossexual que se sente como um sujeito que perde direitos. Essa construção possui um grande peso por se tratar, em grande parte, de direitos que têm como base a sexualidade do indivíduo e como ela pode ser vista como uma barreira para uma vida plena e digna.

Por ser fake

Um caso extremamente interessante observado nos comentários provenientes do *Terra* foi o usuário *Diabo* que se apresenta como tal, mostrando-se como um anônimo diferente dos outros. Frequentemente desrespeitoso com os outros participantes, com comentários extremamente irônicos e profanos, o usuário apresenta uma identidade claramente desenhada para provocar aqueles contrários aos direitos sexuais, podendo ou não provocar um debate. Ao adotar um perfil claramente anônimo, o usuário *Diabo* constrói sua legitimidade ao se apresentar como uma caricatura moldada com a intenção de brincar com o ridículo, uma forma que atrai a atenção de muitas pessoas.

EU SOU JESUS E SOU GAY, ALGUM PROBLEMA? POR QUE VC NÃO PEDE PARA O DEUS COCÔ COISA DO TIPO , CADA UM CUIDA DA SUA PROPRIA VIDA. Post 133, Terra

Foi o único caso em que se observou uma criação do eu partindo de uma falsidade explícita da identidade, o que não é surpresa, considerando que se apresentar como *fake* em um debate pode gerar perda de credibilidade. Ao longo da discussão em análise, por exemplo, vários usuários tentaram excluir as manifestações do *Diabo*.

Pela religiosidade

A religião é algo fortemente presente nas discussões acerca dos direitos sexuais. Nesse sentido, a construção da legitimidade pela religiosidade, como a pela sexualidade, é algo esperado. No caso da criação do eu, percebemos que há, em várias ocasiões, uma tentativa de criar uma identidade que, mesmo não sendo religiosa, é contrária a certas mudanças, combatendo a ideia de que somente religiosos são contrários à expansão dos direitos sexuais. Esse tipo de construção pode fortalecer o argumento partindo de um distanciamento do eu religioso, que muitas vezes é excluído do debate por ser religioso.

Cristiano, não sou religioso e nem frequento igreja alguma, portanto essa questão não é apenas entre estado LAICO e RELIGIÃO. Nos estados comunistas o casamento homossexual tb não era aceito.(...) Post 15, votenaweb

A não religiosidade é apresentada aqui como um aspecto positivo. Não ser religioso pode ser visto como ser alguém que baseia suas ideias e decisões em uma racionalidade, que é, muitas vezes, dissociada da religião. Sendo assim pode apresentar-se como sendo contrário aos pedidos da minoria em questão sem ser acusado de estar se baseando em uma crença. Há uma apresentação de uma suposta neutralidade daqueles que não se identificam como religiosos.

Há, também, a declaração como ateu, mas favorável à causa LGBT, reforçando um pouco a ideia já discutida de que pessoas religiosas são pessoas contrárias ao pleito. O exemplo abaixo foi uma resposta direta a um comentador que se declarou como não religioso.

Se vc não tem religião, porque considera isso uma praga? Para eles não ter religião também é uma praga. Sou ateu e gay.” Post 257, Terra

Essa construção busca reforçar o distanciamento em relação à religião no assunto, embora seja preciso lembrar que não ser religioso não é necessariamente ser ateu. Por último, gostaríamos de destacar a disputa por certa identidade religiosa. Nos comentários presentes do portal *G1*, houve diversos ataques a pessoas religiosas – que serão exploradas na seção sobre a criação do outro – chamando-as de crentes em um tom negativo, como se percebe na tentativa de se re-enquadrar como evangélico.

AMIGO CRENTE É O SATANÁS SOMOS EVANGÉLICOS TÁ OK !!! Post 137, G1

Como se pode perceber a constituição do eu como pessoa religiosa não é uma dinâmica muito presente no debate. Uma hipótese seria a conotação negativa que a religião ganha ao ser vista como algo que sempre será contrária aos direitos sexuais, o que não é necessariamente verdade, fazendo com que o indivíduo opte por não se apresentar como uma pessoa religiosa. Mas é preciso atentar para o fato de que em muitos casos as falas classificadas como religiosas vêm mais de um uso da Bíblia, com o intuito de fortalecer o argumento com um livro que influencia a vida de milhares de pessoas, do que de uma auto definição.

A construção do outro

Pela sexualidade

Quando nos voltamos para a construção do outro, percebemos que há uma tentativa de construir o homossexual como algo extremamente negativo, algo degradante. A homossexualidade é caracterizada como algo não natural, algo profano e patológico, e que, por consequência, comprometeria a capacidade argumentativa dos sujeitos. Essa construção

se mostrou presente em todas as plataformas analisadas, o que não é surpresa considerando que essa concepção é histórica. Assim, termos como “viadaradas”, “inútil gay”, “gayzão”, “gayzistas”, “viadadas”, “lesbíacas”, dentre outros aparecem em todas as plataformas analisadas, lembrando que esses termos possuem significados diferentes.

TANTA COISA A SER FEITA. TEM QUE SE PREOCUPA COM ESSES IMORAIS NOJENTOS.....UIIIIIIIIIII QUE NOJO GENTE SE INCHERGUEM SE ACHAM O QUE, COMO, TOTALMENTE RIDICOLO...PRA VCS VIADARADAS NAO É MAS QUEM VE ISSO DE FORA SABE O QUE SENTE
Post 57, G1

É interessante notar que, dentro dos comentários do *Terra*, por exemplo, as pessoas que se posicionaram em favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo foram questionadas sobre sua sexualidade em uma clara dedução na qual quem é a favor só pode ser homossexual.

HELENA ANDRADE = FABIANA ANDRADE OU SERIAM ELAS UM PAR
? Post 62, Terra

Essa dinâmica do questionamento da sexualidade se mostrou mais presente nos comentários do portal *Terra*, muitas vezes, em uma dinâmica de grupo onde dois ou mais participantes se voltavam contra um certo usuário e o questionamento acerca da sexualidade se mostrou muito presente. Nesse contexto, a resposta passa por uma ideia de negar a degradação da condição de homossexual e o retorno do questionamento.

Quem é sexualmente bem resolvido não se incomoda em ser chamado de Gay ou de Héteros. Agora os inseguros... bem.. Post 8, Terra

Sendo assim, a construção do outro pela sexualidade passa por uma concepção negativa da sexualidade, que não é heterossexual através de termos pejorativos, mostrando um movimento de “definir excessivamente aquilo que aparece como problemático e deixar implícito o que se pretende evidente e natural” (Borrillo, 2009, p. 17), o que pode resultar em uma exclusão de certas pessoas do debate.

Por ser fake

Ao contrário da construção do eu, em que apresentar-se como *fake* não faz muito sentido, acusar o outro de *fake* é uma tática muito comum no mundo online. Considerando a possibilidade do anonimato que a internet expande, utilizar perfis falsos é algo extremamente fácil de se fazer, possuindo consequências complexas, tanto negativas quanto positivas. O anonimato no mundo online torna mais fácil para que as pessoas sejam rudes, mas não necessariamente incivis (Papacharissi, 2004). Já Albrecht (2003) vê no anonimato uma obstáculo para a deliberação online.

Em nosso banco de dados, a acusação de ser *fake* se mostrou presente quase que exclusivamente entre os comentários do portal *Terra*. Há algumas dinâmicas discursivas interessantes, como um grupo de usuários que, em conjunto, acusam outro usuário de ser *fake*.

Christian e fabiana dois fakes kkk Post 45, Terra

A construção do outro como *fake* passa muito pelos aspectos que o usuário apresenta. Características como nome, cidade, ocupação, a foto de perfil que se apresentem de forma destoante do esperado - por exemplo, alguém que se apresente como morador da Terra Média – podem ajudar a legitimar o ataque ao outro como *fake*. Lembrando que o design da plataforma é importante: algumas plataformas permitem a exposição de mais características do que outras. Apesar disso é preciso lembrar que muitos desses ataques tem como a intenção deslegitimar o outro, não através de argumentos, mas de suas características. Assim, chamar o outro de *fake* pode ser o caminho escolhido, como nos exemplos apresentados.

THIAGO JOSE CAMPOS 17/05/2013, 15h25 Fabiana fake _____ Thiago, pelo que me consta, é você que não tem coragem de mostrar a cara aqui dentro..e não eu. Post 85, Terra

Se apresentar no debate com sua “verdadeira” identidade (o mostrar a cara) é algo extremamente importante para muitos dos participantes do debate. Assim, chamar de *fake* também foi uma forma de buscar silenciar aqueles que apresentaram vozes dissonantes. Contudo, é preciso lembrar que não necessariamente criar um perfil falso é algo intrinsecamente negativo. A escolha pelo anonimato é um tema ainda polêmico e complexo.

Pela religiosidade

Quando observamos a construção do outro através da religiosidade, percebemos que as conotações negativas de se apresentar como religioso, nesse debate em específico, aparecem fortemente. Muitos dos participantes aceitam o pressuposto de que quem é religioso (principalmente de denominações religiosas neopentecostais) é automaticamente contrário à causa dos direitos sexuais, como pode ser observado pelo uso pejorativo do termo “crente”. Muitos dos comentários se referem a eles como “crentaiada”, associando a crença religiosa à ignorância, ingenuidade e/ou corrupção.

mano, que crentaiada enjoada, cadê o blablabla do livre arbítrio???? vocês não pregam tanto que livre arbítrio é um direito dado por deus e blablabla à todas as criaturas??? pois é desrespeitando o direito do livre arbítrio dos gays vocês estão desrespeitando seu deus. Deixa o povo em paz, ninguém é obrigado pensar de forma suja como vocês. tenho amigo gay, minha mulher tem amigas homossexuais, e

daí?? são de longe muuuuito melhores que vocês evangélicos que ficam inalando a hipocrisia por onde passam. Post 334, G1

Há uma resposta, como observada na seção em que tratamos de posts que apresentam traços de uma auto apresentação, que questiona o uso do termo "crente", distinguindo-a de evangélico. Trata-se de uma tentativa de desvincular a identidade de um termo crente. Mas há, também, a tentativa de tomar para si a definição do termo, positivando-o.

E ser crente não é ter preconceitos das almas e muito menos julgar ao próximo. Ser crente é apenas anunciar o evangelho de JESUS e PRATICAR o que está sendo pregado. É bem verdade, que muitos de nós estamos deixando nos levar e deixando a desejar. Mas a palavra de Deus diz: "Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-o pela Palavra de Deus por JESUS CRISTO! Não interessa a mim, discordar ou concordar com você. Interessa-me que você ouça e que o Espírito Santo faça a obra necessária em sua vida ;)" Post 193, G1

Essa tentativa de ressignificar o ser crente, o ser evangélico, por ser vista como uma maneira de reivindicar uma legitimidade que lhe é negada por causa de sua identidade. É preciso observar que a conotação negativa não está ligada somente a ideia do crente. Em um aspecto mais amplo, a identidade religiosa como um todo é vista como uma pessoa que não pensa por si mesmo, seguindo cegamente as ideias do livro sagrado ou do líder religioso, sempre desejando a destruição do outro.

Religioso brasileiro é assim, o primeiro pecado é matar outro ser-humano, e aqui vemos exemplos sórdidos deles a viver pedindo morte a este, morte para aquele, e pedem até com requintes de crueldade para que ela venha em forma de cancer, pode ser que o arrependimento lhes bata algum dia vindo na forma de uma agulha e um vidrinho de morfina. Já ví muita gente pagar língua neste mundo, o mal que você deseja ao outro hoje pode lhe entrar pela porta da frente amanhã. Post 294, Terra

De novo, a construção do religioso é feita de uma forma negativa, ao identificar o outro como uma pessoa fanática, que só deseja o mal aos não crentes, que segue fielmente as palavras do líder religioso. A fala é desqualificada, porque os religiosos são vistos como seres não racionais.

Também é possível observar a construção do outro como ateu. Levando em conta que, muitas vezes, o debate se utiliza de argumento teológicos, há aqueles que tentam desqualificar o outro como ateu. Nos comentários do *Terra*, há uma troca argumentativa entre dois participantes que discutem o que é religião, que termina na "acusação" de ateísmo.

Então pronto, você é ateu! Assuma, ou então é pertencente a outra religião. Post 324, Terra

Quando um debate envolve pessoas religiosas que estão mobilizando argumentos religiosos, a acusação de ateísmo pode ser uma forma de diminuir a força do argumento. Outro exemplo se dá em resposta àqueles que usam trechos da Bíblia para rebater argumentos religiosos – no sentido de que se uma pessoa faz algo por que a Bíblia diz, então, ela deveria seguir todas as regras, e não só algumas. A acusação de ateísmo retorna nesses fragmentos:

Dúvida Bíblica Minha esposa feminista e uma cristã fervorosa insiste em desobedecer “1 Timóteo 2:11-12” onde diz claramente que a esposa deve ser submissa ao homem e que é proibido tentar ensinar. Será que poderei usar “Levítico [20:27]” de apedreja-la até a morte como mulher de “espírito adivinho”? Post 301, Terra

“Blá Blá Blá, sempre tem um ateuinho usando passagens da bíblia para ironizá-la e falar asneira.” Post 302, Terra

A construção do outro pela religiosidade passa, aqui, pela reafirmação da visão negativa acerca da religião como contribuidor do debate acerca dos direitos sexuais. O reforço desse estereótipo é extremamente comum. A construção do ateu também é negativa, levando em consideração que, se o indivíduo não é religioso, se ele não acredita em deus, ele não só não deve discutir ou se utilizar de argumentos religiosos, como não deve ser levado a sério.

É preciso atentar para o fato de que a construção da identidade no debate é algo extremamente complexo e que ocorre relacionalmente. As categorias usadas aqui acabam por simplificar uma dinâmica que é extremamente complexa, mas nos ajudam a apreender o todo. Nossa intenção foi apresentar ao leitor, de forma compreensível e não-extenuante a força que manifestações de identificação têm no delineamento e contestação da credibilidade de falantes.

Voltamos a lembrar que a construção ou desconstrução da legitimidade no debate acerca dos direitos sexuais nessas plataformas específicas não se limita a esses eixos. A intenção não foi esgotar a análise, mas jogar uma luz sob as trocas argumentativas sobre temas tão relevantes no mundo online.

Sendo assim, podemos perceber que o mundo dos comentários de notícia e dos comentários dos projetos de lei que em um primeiro momento parecem ser um universo de incivildade apresentam uma complexa dinâmica na qual somente uma pequena parte foi explorada nesse trabalho. Outras questões emergem daqui como o papel da plataforma ou uma discussão mais robusta sobre a formação de identidade nesses locais.

Referências bibliográficas

ALBRECHT, S. Whose Voice is heard in the virtual public sphere? A study of participation and representation in online deliberation. In: Research Symposium “Information, Communication, Society”, 2003, Balliol College and the Oxford Internet Institute, University of Oxford

BARASSI, V.; TRERÉ, E. Does Web 3.0 come after Web 2.0? Deconstructing theoretical assumptions through practice. **New Media & Society**, v.14 n.8, p.1269-1285, 2012

BENNETT, W. L.; SEGERBERG, A. The logic of connective action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, v. 15, n. 5, p. 739-768, 2012.

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Orgs) **Homofobia & Educação**. Brasília: Letras Livres: EdUnB, 2009.

BRETON, P. **A argumentação na comunicação**. 2. ed. Tradução de: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2003.

CARDON, D. A ampliação do espaço público. In: _____. **A democracia internet – Promessas e Limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 31 – 50.

_____. A Web num Jogo de Luz e Sombra. In: _____. **A democracia internet – Promessas e Limites**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 51 – 77.

CASTELLS, M. Communication in the Digital Age. In: _____. **Communication Power**. New York: Oxford University Press, 2009. p. 54 – 136.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. “Política na hora do chá: ética e identidade no debate online sobre uma bebida”. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v.24, n.1 São Paulo: 2012

MENDONÇA, R. F. ; CAL, D. G. . Quem pode falar no Facebook? O autocontrole em um grupo sobre o plebiscito acerca da divisão do Estado do Pará. **Revista Debates (UFRGS)**, v. 6, p. 109-128, 2012.

MOUFFE, C. Por uma política da identidade nômade. **Debate Feminista**. Edição Especial, São Paulo, Companhia Melhoramentos, 1999.

PAPACHARISSI, Zizi. Democracy online: Civility, politeness, and the democratic potential of online political discussion groups. **New Media & Society**, v. 6, n. 2, p. 259-283, 2004.

REIS, S. **Deliberação online e a legitimidade do falante**: um estudo de caso sobre o *votenaweb* e os comentários de notícia. 2014. 70f. Monografia (Bacharelado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2014.

REIS, S.; OLIVEIRA, W. Debate Político Na Internet: Uma Análise Do Votenaweb. (2013) Caderno de Textos do I Seminário de Pesquisadores do CEADD. Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. 15 e 16 de Outubro de 2013.

RIOS, R. Para um Direito Democrático da Sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, ano 12, n. 26, p. 95, jul./dez. 2006.

YOUNG, I. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University, 2000